

NOTA INFORMATIVA

Reforçar o ensino e a formação profissional para melhorar as condições de vida

A definição de prioridades comuns a nível europeu em matéria de formação teve um efeito positivo. É tempo de transformar essas prioridades em medidas concretas que ajudem as pessoas e as empresas

Os desafios que se colocam atualmente ao ensino e formação profissional (EFP) não podiam ser previstos há uma década, quando foi lançado em 2002 o Processo de Copenhaga para a cooperação europeia no domínio do EFP (Ver caixa 1). Aprovado em dezembro de 2010, o Comunicado de Bruges definiu a agenda europeia para o EFP, num momento em que emergiu a crise económica. O EFP foi encarado como um meio para ajudar a combater o desemprego, reforçando a empregabilidade das pessoas. Cerca de metade dos empregos na Europa exigem níveis de qualificação médios, sendo grande parte adquirida através do EFP.

Caixa 1. O Processo de Copenhaga e o Comunicado de Bruges

Lançado em 2002, o Processo de Copenhaga visa coordenar o apoio técnico e político tendo em vista a cooperação voluntária em torno de objetivos, prioridades e referenciais comuns no domínio do ensino e formação profissional (EFP).

Nele participam a Comissão Europeia e vários países (os 28 Estados-Membros da UE, a Noruega, a Islândia e países candidatos), assim como parceiros sociais europeus.

Os progressos têm sido regularmente avaliados e a orientação política tem sido definida por uma série de comunicados, o último dos quais foi adotado em Bruges em dezembro de 2010. O Comunicado de Bruges fixa objetivos para o Quadro de Ensino e Formação até 2020:

- melhorar a qualidade e eficácia do EFP e reforçar a sua atratividade e pertinência;
- fazer da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade uma realidade no EFP;
- incentivar a criatividade, a inovação e o empreendedorismo no EFP;
- tornar o EFP mais inclusivo.

Para alcançar estes objetivos globais, o Comunicado de Bruges contou com uma série de ações (resultados alcançáveis a curto prazo) desenvolvidas pelos países participantes ao longo do período de 2011-14.

O último relatório do Cedefop intitulado *Stronger VET for better lives* ⁽¹⁾ revela que o Processo de Copenhaga e o Comunicado de Bruges tiveram um impacto nas políticas e estratégias nacionais de EFP em todos os países (Figura 1). Esse impacto varia em função dos diferentes pontos de partida em cada país, sendo mais fraco nos países onde o EFP está tradicionalmente mais implantado, embora estes reconheçam que o Comunicado de Bruges estimulou a cooperação e encorajou a aprendizagem mútua em política pública.

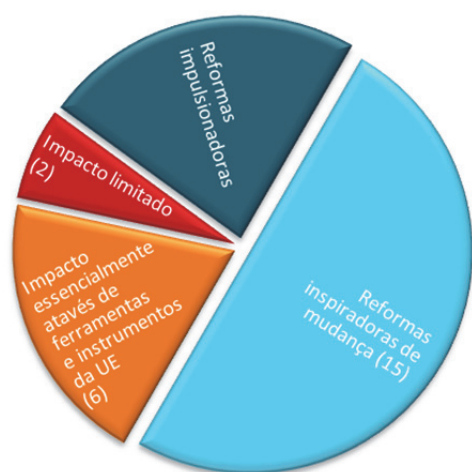
Quando inquiridos acerca das principais alterações introduzidas desde 2010 nas políticas e estratégias nacionais, 23 países destacam as melhorias a nível sistémico, nomeadamente alterações legislativas ou de política pública, destinadas a adaptar ou a introduzir novos programas, vias qualificantes e qualificações (Figura 2). Outras questões, como a melhoria da qualidade e atratividade do EFP, também mereceram destaque na agenda de muitos países. Alguns países estabeleceram áreas prioritárias e, com base no Comunicado de Bruges, definiram as temáticas mais relevantes para o seu contexto nacional.

A figura 3 apresenta a amplitude dessa atividade e os diferentes pontos de partida de cada país. Todos os países desenvolveram esforços consideráveis na reforma dos seus sistemas de EFP. Países como a Alemanha, Finlândia, Luxemburgo, Países Baixos, Malta, Áustria e Reino Unido já tinham uma situação de partida mais próxima dos objetivos preconizados pelo Comunicado de Bruges, tendo adaptado algumas das medidas existentes e introduzido novas medidas. Outros países, como a Bulgária, Estónia, Grécia, Croácia, Portugal, Polónia e Roménia começaram num ponto de partida mais atrasado em 2010, mas têm vindo a ganhar terreno desde então. O relatório classifica os países em vários grupos, nomeadamente os desenvolvedores permanentes, os desenvolvedores precoces, os recém-implementadores e os desenvolvedores modestos. Todos estes esforços foram desenvolvidos com o intuito de

⁽¹⁾ Cedefop (2015). *Stronger VET for better lives: Cedefop's monitoring report on vocational education and training policies 2010-14*. Luxemburgo: Serviço de Publicações. Cedefop Reference series.

alcançar quatro objetivos estratégicos que serão discutidos abaixo.

Figura 1. Impacto do Processo de Copenhaga/ Comunicado de Bruges nas políticas e estratégias nacionais de EFP (número de países)



Fonte: Cedefop.

Melhorar a qualidade e eficácia do EFP e reforçar a sua atratividade e pertinência

Reforçando uma tendência que já vinha a ser registada antes de 2010, os países desenvolveram esforços consideráveis para tornar o EFP uma opção de aprendizagem mais atrativa. O crescente reconhecimento de que a aprendizagem pelo trabalho pode melhorar a eficiência do mercado de trabalho conduziu a um renascimento do sistema de aprendizagem. Vários países, incluindo os que já possuíam programas solidamente implantados, estão a criar ou a alargar regimes de aprendizagem pelo trabalho. Os regimes de aprendizagem em Itália, por exemplo, dispõem agora de programas que permitem obter diplomas de ensino superior, incluindo doutoramentos. No Reino Unido, os programas de aprendizagem são cada vez mais comuns no setor dos serviços, incluindo na área do direito e da contabilidade, como alternativa aos cursos universitários. Na Suécia, o sistema de formação com base escolar também encoraja os cursos de aprendizagem.

Todos os países estão a promover o EFP de diversas formas. A Bulgária, por exemplo, organiza um evento anual para promover cursos de EFP em que os formandos exibem as suas competências numa competição e as empresas recrutam os melhores competidores. A Estónia organiza eventos de sensibilização sobre o EFP em supermercados, assim como ações promocionais através da televisão, dos meios de comunicação social e de jogos interativos. Nos Países Baixos, foi criado em 2009 um serviço de pesquisa de estágios profissionais em linha, que inclui ligações a redes sociais e uma aplicação para *smartphone*. Cerca de 72% dos formandos que frequentam um curso de EFP em contexto escolar, na área do comércio, utilizam esta página Web para procurar uma vaga.

O crescente desenvolvimento da aprendizagem baseada no trabalho reforçou a cooperação entre o EFP e

os agentes do mercado de emprego. Todavia, ainda é possível fazer mais para assegurar a qualidade da aprendizagem baseada no trabalho, promover o EFP no ensino obrigatório e elevar o nível de competências básicas.

Fazer da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade realidades no EFP

A elevada taxa de desemprego entre a população jovem revela que a promoção da aprendizagem e da mobilidade entre os adultos tem sido menos proeminente. Com a criação de um sistema de aprendizagem, a Espanha celebrou acordos bilaterais com a Alemanha, Portugal e o Reino Unido para o recrutamento de trabalhadores no estrangeiro.

A criação de quadros nacionais de qualificações (QNQ) com correspondência com o quadro europeu de qualificações (QEQ) permitiu lançar reformas abrangentes. O que começou como um processo no EFP destinado a apoiar a mobilidade, ao tornar as qualificações mais fáceis de compreender e comparar entre os diferentes países, tornou-se um catalisador para melhorar o acesso a vias de aprendizagem e de ensino personalizado em todos os setores de ensino, incluindo o ensino superior.

Embora ainda estejam numa fase inicial de implementação, os QNQ são cada vez mais utilizados como referência para rever ou criar novas qualificações e modernizar programas curriculares. Os QNQ também têm sido úteis para os sistemas de validação da aprendizagem informal e não formal. Em França, por exemplo, a validação da experiência de trabalho tem sido útil para o acesso ao EFP de nível superior. São todavia poucos os países que têm estratégias abrangentes para validar a aprendizagem informal e não formal. As pessoas que mais poderiam beneficiar deste processo estão pouco informadas sobre estas oportunidades.

Figura 2. Ênfase da reforma das políticas públicas de EFP no período de 2010-14 (número de países)



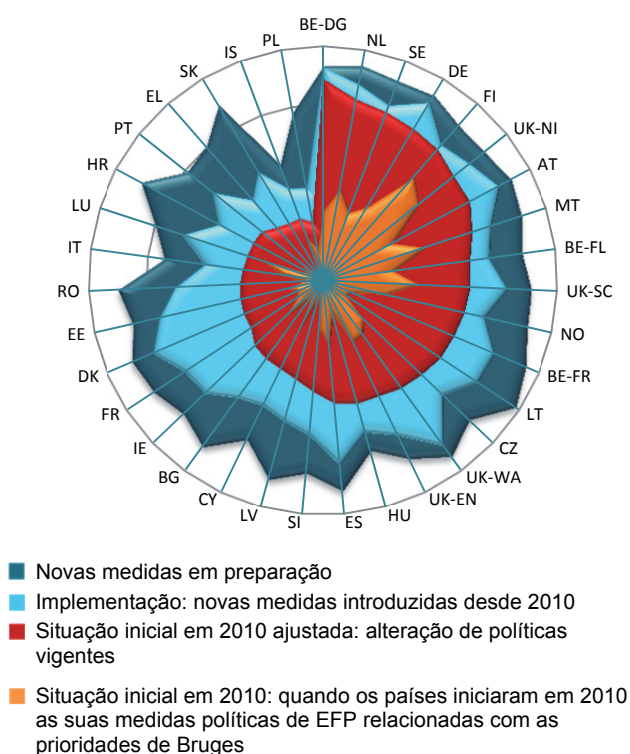
Fonte: Cedefop.

As tendências vão no sentido de encorajar as pessoas a optar por um curso de EFP e ajudá-las em seguida na transição para o mundo do trabalho. A Letónia está a criar um sistema de orientação profissional ao longo da vida. A Eslováquia tenciona criar um fórum nacional para a política

de orientação. A Lituânia introduziu novas regras e métodos de orientação para os adultos desempregados e reviu o perfil profissional dos técnicos de orientação profissional. A Lituânia possui um quadro nacional para competências na área da gestão da carreira.

Embora não seja um resultado alcançável a curto prazo, na aceção do Comunicado de Bruges, alguns países tencionam melhorar as oportunidades de desenvolvimento profissional para os docentes e formadores do EFP. A Espanha introduziu uma formação formal obrigatória para os formadores do EFP para adultos. Malta e a Eslováquia criaram programas modulares de formação contínua para formadores do sistema de formação contínua, com vista a ajudar os estudantes que estão em risco de não concluir os seus estudos.

Figura 3. Ênfase da reforma das políticas públicas de EFP no período de 2010-14 (países)



Nota: A Bélgica está dividida em Região Flamenga (BE-FL), Região Francófona (BE-FR) e Comunidade Germanófona (BE-DG). O Reino Unido está dividido em Inglaterra (UK-EN), Escócia (UK-SC), País de Gales (UK-WA) e Irlanda do Norte (UK-NI).

Fonte: Cedefop.

Incentivar a criatividade, a inovação e o empreendedorismo no EFP

As parcerias para a criatividade e a inovação estão a aumentar, embora a um ritmo lento. Na Roménia, por exemplo, existe uma plataforma que assegura a ligação entre o mundo da educação e o mundo empresarial para fomentar a inovação através da partilha de conhecimentos e da promoção de parcerias. Foram criados através dessa plataforma 16 grupos setoriais para a inovação envolvendo escolas de EFP. A França também está a criar núcleos que

estabelecem uma ligação entre o EFP, empresas e entidades de investigação em setores com potencial para a criação de emprego e inovação.

Em muitos países, ainda não existem, de forma generalizada, redes e parcerias entre entidades formadoras e empresas para assegurar uma transferência de tecnologia eficiente e de qualidade no EFP, nem incentivos neste sentido, mas alguns países lançaram concursos para estimular a inovação. Na Hungria, por exemplo, os concursos nacionais isentam os participantes bem-sucedidos da realização de módulos de exame ou contam para os exames de acesso ao ensino superior. A República Checa criou um concurso nacional para métodos e materiais de ensino inovadores.

O empreendedorismo tem vindo a tornar-se um princípio subjacente ao EFP e existem cada vez mais ligações entre o EFP e o setor empresarial. Por exemplo, na Dinamarca, Estónia, França, Noruega, Polónia, Roménia, Espanha e Eslovénia foi introduzido um módulo de aprendizagem ou uma disciplina dedicada ao empreendedorismo nos programas curriculares de EFP, mas falta reforçar ainda mais o apoio aos promissores empreendedores. Seria também necessário prestar mais apoio aos docentes e formadores do EFP na aquisição de competências na área do empreendedorismo. Alguns países, como a Alemanha, Irlanda, Noruega, Portugal, Eslovénia e Eslováquia, introduziram cursos de formação para formadores com vista a integrar o empreendedorismo nas aulas, através de módulos de formação em linha e jogos empresariais.

Tornar o EFP mais inclusivo

Tornar o EFP inicial e contínuo mais inclusivo é uma das prioridades que todos os países assumiram de forma clara.

As medidas a favor dos grupos em risco, tais como as pessoas com baixas qualificações e os que abandonam precocemente o sistema de ensino ou formação não só aumentaram, como também são mais abrangentes. A Bulgária, por exemplo, adotou uma estratégia nacional e a Bélgica (região flamenga) adotou um plano de ação para prevenir e reduzir o abandono escolar precoce no sistema de ensino e formação. As estratégias de aprendizagem ao longo da vida em países como a Estónia, Croácia, Chipre, Lituânia e Roménia incluem medidas para apoiar diversos grupos de risco. Na Alemanha, as iniciativas a favor das pessoas com baixas qualificações ou sem qualquer qualificação incidem no desenvolvimento de literacia relacionada com o trabalho e outras competências básicas.

Existem cada vez mais incentivos a formandos, empresas e instituições de EFP tendo em vista ajudar os grupos «de risco». A Islândia e os Países Baixos, por exemplo, aumentaram os apoios financeiros para manter os jovens em risco no sistema de ensino. Foram também criados incentivos associados aos resultados. A Irlanda presta apoio financeiro faseado a entidades formadoras que providenciam formação a desempregados de longa duração, como forma de encorajar a conclusão de cursos de formação. No Reino Unido (Inglaterra), as entidades

formadoras poderão receber do Estado 10% do valor da formação se o formando conseguir um emprego depois de concluir a sua formação.

A União Europeia (UE) está em vias de alcançar o objetivo de reduzir para 10% ou menos a taxa média de abandono escolar precoce até 2020. Embora ainda se possa investir mais em oportunidades de formação para suprir as suas necessidades práticas e de aprendizagem, a participação da população pouco qualificada e de outros grupos «de risco» na formação está a aumentar. A participação geral dos adultos na aprendizagem ao longo da vida ainda não registou, todavia, a evolução esperada. A maioria dos países ainda terá de tomar medidas para poder alcançar, até 2020, uma taxa de participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida de 15%, conforme definido nos objetivos da UE.

O potencial das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) para ajudar os grupos em risco a aprender ainda não foi plenamente aproveitado, mas registam-se evoluções. No Luxemburgo, por exemplo, o programa «Internet para todos» visa combater a exclusão digital aumentando o acesso à Internet e alargando a oferta de formação neste domínio. A Áustria e a Eslováquia focam a sua ação nas necessidades dos formandos mais velhos em matéria de TIC e o Reino Unido está a promover a utilização e produção de recursos educativos de acesso não restrito.

Não foram registados muitos progressos na monitorização dos grupos «de risco» no EFP de modo a direcionar melhor a formação às suas necessidades, mas alguns países já estão a trabalhar nesse sentido. Na República Checa, por exemplo, existe um sistema de monitorização para notificar situações que exigem aulas de recurso no EFP e que permitem aos orientadores, professores e psicólogos obter informações para fins de apoio. A Irlanda dispõe de um novo modelo de criação de perfis para ajudar a criar medidas de integração no EFP direcionadas para grupos em maior risco de desemprego de longa duração, que lhes conferem prioridade de acesso e maior apoio.

Reforma permanente ao serviço das pessoas

As reformas dos sistemas de EFP no quadro da cooperação voluntária previsto pelo Processo de Copenhaga e pelo Comunicado de Bruges reforçaram o EFP na Europa. Essas reformas são testemunho de um renovado interesse pelos programas de aprendizagem e noutras formas de aprendizagem baseada no trabalho. Os quadros nacionais de qualificações constituem reformas sistémicas encorajadoras. Os sistemas de validação da aprendizagem não formal e informal têm vindo a evoluir gradualmente. É cada vez mais reconhecida a necessidade de tornar o EFP mais inclusivo, conferindo uma maior importância à população pouco qualificada e aos grupos «de risco». Estes são os sinais positivos mas, como sempre, ainda é possível melhorar (Caixa 2).

Caixa 2. Desafios para o futuro

Adaptar os sistemas às necessidades do mercado de trabalho e evitar os desajustes de competências exige oportunidades de ensino e formação flexíveis que conjuguem diferentes tipos e níveis de aprendizagem ao longo da vida.

São vários os desafios que se colocam: assegurar o financiamento do EFP; reforçar o diálogo estrutural entre as autoridades responsáveis pelo ensino e os parceiros sociais; cooperar com os níveis de ensino básico e secundário para garantir que as competências básicas adquiridas pelos formandos possam ser úteis no EFP; promover a cooperação entre serviços de orientação e empresas; otimizar a utilização de dados sobre os resultados da transição e o mercado de trabalho para uma melhor definição dos programas de EFP; integrar os instrumentos da UE no sentido de ajudar as pessoas a evoluir no seu percurso de aprendizagem e no trabalho; assegurar mais oportunidades de desenvolvimento profissional para os docentes e formadores do EFP; e melhorar a imagem do potencial do EFP a todos os níveis para contribuir para a inovação, incentivar o empreendedorismo e promover a excelência económica.

A aprendizagem mútua em política pública pode ajudar os países a introduzir reformas nos seus sistemas de EFP. A cooperação reforçada, como a verificada na Aliança Europeia para a Aprendizagem ou na utilização de instrumentos europeus ajudará neste sentido. O EFP não pode, todavia, ser encarado como um elemento isolado: faz parte dos sistemas de aprendizagem dos países e do seu tecido económico e social. O EFP deverá marcar a diferença na vida das pessoas; permitir-lhes construir uma carreira compensadora; garantir uma qualidade de vida decente; e ajudar as empresas a desenvolver competências para assegurar a sua excelência económica e competitividade. Para tirar todo o partido das reformas introduzidas até à data, é necessário que as pessoas e as empresas estejam cientes dos seus benefícios. Tal exige o desenvolvimento de melhores estratégias de comunicação para divulgar os potenciais benefícios do EFP às pessoas e às empresas.



CEDEFOP

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

Nota informativa – 9096 PT

Nº de catálogo: TI-BB-15-002-PT-N

ISBN 978-92-896-1741-3, doi: 10.2801/930942

Copyright © Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), 2015

Todos os direitos reservados.

As Notas Informativas são publicadas em Alemão, Espanhol, Francês, Grego, Inglês, Italiano, Polonês, Português e na Língua do país que detém a Presidência Europeia. Para as receber regularmente envie um e-mail para: briefingnotes@cedefop.europa.eu

Pode descarregar outras Notas Informativas e publicações do Cedefop em: <http://www.cedefop.europa.eu/EN/publications.aspx>

PO Box 22427, 551 02 Thessaloniki, Grécia
Europe 123, 570 01 Thessaloniki, Grécia
Tel. +30 2310490111, Fax +30 2310490020
E-mail: info@cedefop.europa.eu

visit our portal www.cedefop.europa.eu